

**A CRISE DE SOCIABILIDADE EM PORTUGAL:
UM CONTRIBUTO HISTÓRICO, ETNOLÓGICO E SOCIOLÓGICO
PARA A LEITURA DA NOSSA SOCIEDADE ACTUAL**

ALBERTO MANUEL VARA BRANCO*

Em 1974 dá-se a Revolução de Abril, que vai dar por findo o Estado Novo, caduco e esgotado. De repente tudo muda, pois o que era preciso era transformar para melhor. Contudo, um vazio político imperou até 1975, com um certo reaccionarismo de esquerda. Como salienta Mattoso (1994), *durante meses multiplicaram-se as manifestações que lançaram nas ruas e nas praças dos principais centros urbanos e rurais do país, mas muito especialmente em Lisboa e no Porto, centenas de milhares de pessoas (p. 211)*, o que evidencia a perturbação política e social que se viveu no país. Com este panorama político por base, assiste-se a uma transformação repentina e descoordenada da sociedade portuguesa, cheia de equívocos e conflitos de contornos imprevisíveis, sem tempo disponível de absorção por parte de quem tem o interesse na ascensão social. Nas sociedades ditas abertas, o indivíduo possui as mesmas probabilidades de ocupar a posição social que deseja desde que tenha a aptidão ou a competência, única restrição à ascensão social. No entanto, a situação de Portugal, com o poder a cair na rua, com excessos nas limitações aos direitos individuais dos cidadãos, permitia a perturbação da vida pública. Sublinha-se que neste Portugal em transe, em transformação, Mattoso (1994) diz que o nosso país *é uma república de revolucionários entre 1974/1975, uma república de políticos entre 1976/1982, uma república de empresários entre 1982/1990 e uma república de financeiros e jornalistas a partir de então (p. 277)*.

Assim, a mutação social que havia demorado a fazer-se ao longo da vivência do Estado Novo, faz-se abruptamente em Portugal. Passa-se velozmente de uma sociedade de cariz rural e agrária, pré-moderna, para uma sociedade do tipo industrial, pelo menos superficialmente, com as consequentes perturbações. Touraine, a partir da década de 50 do século XX, salienta que, enquanto na sociedade rural, tradicional, existia uma sobreposição entre laços de parentesco, trocas, espaço local relativamente circunscrito, a sociedade urbana e industrial destruiu tal simbiose. Ora, os alicerces culturais e cívicos faltavam à maioria da população portuguesa para compreender e assimilar essa mutação tão repentina. Aliás, as aptidões e o mérito dos indivíduos são largamente tributários do capital cultural de que dispõem e, por conseguinte, dos meios

* Professor Coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Viseu.

sociais em que se desenvolveram (Coster e Bawin Legros, 1998).

Assim, a liberdade vivida na sociedade portuguesa, sem a conseqüente responsabilidade, favoreceu o aparecimento dos desmandos, dos desvarios, da pouca seriedade dos comportamentos dos indivíduos. A contribuição da própria massificação da política teve o seu elevado preço, havendo muito menos preparação cultural e mais permeabilidade à corrupção, por parte dos oportunistas. Basta referirmos que a condução dos portugueses nas nossas estradas é um bom indicativo desta realidade, pois não existe um mínimo de respeito possível para com o próximo e nem para consigo mesmo. Para Durkheim (1976), a vida em sociedade, postulando a natureza intrinsecamente social do homem e a solidariedade do mesmo tipo que dela decorre necessariamente, revela como resultado que toda a acção do indivíduo interessa ao próximo e pode prejudicá-lo. Acontece, pois, que a liberdade de cada um deve ser objectivamente limitada para poder exercer-se. Contudo, a confusão existente entre liberdade e libertinagem está presente nos espíritos dos menos cultos, nos espíritos das classes mais desfavorecidas da nossa sociedade, não por sua culpa, mas por culpa do poder político e dos partidos políticos que nada fizeram durante esta vivência democrática para combater essa libertinagem, nem para educar civicamente as populações. A sociedade civil, instrumentalizada pelos partidos, tem apenas servido de fonte de rendimento para o poder instituído. Desta situação acima descrita vão resultar os aspectos que se podem resumir do seguinte modo:

1) – O início de um materialismo exacerbado, através de um consumo exagerado de bens e riqueza, com a apropriação tenaz do conceito *ter* em vez da filosofia do conceito *ser*, fazendo-se gala de um luxo exagerado, despropositado, desregrado, um duvidoso mau gosto, apanágio de quem nada foi ou nada teve; há a noção de haver interesse na aplicação da teoria utilitarista, no seu expoente máximo, caracterizada por Bentham;

2) – Uma imposição em oposição ao que era antigo, sem avaliar o que era bom ou o que era mau, por parte do aparelho ideológico que se começava a impor, através de um sistema de ensino desregulado, sem credibilidade, mal programado e copiado quase sempre do estrangeiro, onde já imperava a sua caducidade. Aliás, o papel da escola portuguesa é determinante na perpetuação das desigualdades sociais, não preparando satisfatoriamente a vivência cultural da sociedade civil; de acordo com Bernstein (1975) as crianças que adquiriram códigos elaborados de fala têm maior capacidade para lidar com as exigências da educação académica formal do que as consignadas a códigos restritos. Ora, a escola portuguesa não tem tido em consideração as diferenças sistemáticas no uso da linguagem e do meio ambiente e em particular sobre o contraste existente entre as crianças mais necessitadas e as mais ricas, entre as crianças das zonas rurais e das zonas urbanas;

3) – Os valores fúteis e desprovidos de conteúdos cívicos, humanitários e culturais que, mal digeridos por uma grande maioria de massa inculta, vão contribuir para uma situação de anomia, como salientam Durkheim (1976) e Habermas (1989), um sentimento de ausência de objectivos reais ou desespero provocado pela vida social moderna, com os padrões e os meios de controlo tradicionais destruídos em larga medida pelo desenvolvimento moderno, situação essa em curso em Portugal;

4) – Com base no difusionismo, tendo como intérpretes Boas, Frobenius e Graebner, a cópia do que se fazia e se faz lá fora, nomeadamente os mediócras programas televisivos, na sua maioria, configurados numa pobreza de espírito, num deboche camuflado e/ou autêntico ou numa parvoíce confrangedora, pouco credíveis de alguma qualidade e objecto de uma triste negatividade, evidencia uma falta de identidade da nossa parte, que podia marcar a nossa singularidade face a outrem;

5) – O aparecimento de um grupo razoável de novos-ricos, com uma ascensão social rápida, provenientes ou da classe política emergente pela enorme democratização do acesso à política, ou da sociedade da comunicação e informação, na maioria em ambas, sem qualquer qualidade e substrato, ou das novas estruturas económicas que o regime de Abril facilitara, não faltando a animação esplendorosa e desproporcionada de festas, com as poses estudadas dos intervenientes para as fotografias, mostrando unicamente riqueza, ostentação, as farras nas praias e nas discotecas, no Algarve, as festas de matiz e de índole sensacionalista, os escândalos e outros;

6) – Uma ascensão social recente e o acesso a um bem-estar que as gerações precedentes, fazendo eco à mobilidade intergeracional, ligada à acutilância de um individualismo exacerbado, valendo todos os meios para obter os fins desejados, com um *habitus* muito peculiar, em detrimento de um colectivismo, sempre saudável quando não exagerado e reforço de uma unidade, em conjugação com a mobilidade intrageracional ou mobilidade de carreira, como salientam Butler e Savage (1995);

7) – A fragilidade da instituição conjugal, a partir das décadas de 80 e 90 do século XX, se considerar o desinteresse pelo casamento institucionalizado, o número acentuado de divórcios, as famílias monoparentais, que têm muito a ver com a secularização e as suas dimensões. As abordagens sociológicas da religião sublinham ser aquela importante porque tem uma função de coesão, especialmente ao assegurar que as pessoas se encontram regularmente para afirmar crenças e valores comuns, segundo Durkheim (1976), ou então a religião é relevante pelo papel desempenhado na mudança social, em particular no desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, para Weber (1976). Esta situação sofreu degenerescência em Portugal pela perturbação da sociedade civil, onde há equívocos visíveis e conflitos latentes, pelo enfraquecimento dos laços religiosos, pela sua instrumentalização e o aumento da laicização e pela degenerescência generalizada dos costumes e valores morais no país;

8) – O elevado abandono de crianças recém-nascidas na maternidade, por todo o país, revelador de que algo não está bem em Portugal e do ponto de vista moral é aberrante, em conjugação com as mortes de crianças perpetradas pelos próprios pais biológicos, que começam a fazer parte do quotidiano em alguns estratos da sociedade civil portuguesa é um sintoma de apodrecimento espiritual;

9) – O abatimento de elites, cultas, prestigiantes, salientadas por Pareto (1917), não ligadas à ditadura, embora conotadas com a orientação ideológica de uma direita derrubada, na sua maioria e o conseqüente aparecimento de novas e frágeis classes médias, onde a desordem cultural é fecunda, sem nível educacional e de um paupérrimo saber situar-se em sociedade;

10) – Nos trinta anos de democracia, a aquisição de habilitações literárias diferenciadas entre as diversas gerações existentes na (s) mesma (s) família (s), passando da situação de analfabetismo nos avós, para a situação de posse da 4ª classe da instrução primária nos pais, para a situação da obtenção da licenciatura nos netos, que à partida é um sinal positivo de evolução, veio a provocar uma perturbação na mentalidade e de fobia ascensional, nos estratos mais baixos da sociedade civil, pois como dizem Merllié e Prévot (1991), os diplomas como meios de regulamentação do acesso às posições sociais mostram-se ao mesmo tempo cada vez mais necessários e cada vez menos suficientes, e dado que se assiste no nosso caso a um número crescente de indivíduos levados a pôr na escola expectativas que a mesma não pode resolver ou não está em posição de satisfazer, facilitando por isso o aparecimento de um colapso político e social;

11) – O despertar de regionalismos doentios em Portugal, com autênticos ditadores em potência, manipulando a seu belo prazer as instituições e as regiões onde estão inseridos, servindo-se do património e das instituições como se fossem suas coisas pessoais, situação que ainda hoje impera e à qual não se põe cobro, por falta de prestígio na autoridade central e pela falta de lideranças na nossa sociedade;

12) – A indisciplina generalizada que grassa na sociedade civil portuguesa, em certos aspectos desculpável pelo atrofamento a que esteve sujeita longo tempo, e que é fruto da inoperância cívica existente no tecido social, mesmo antes de Abril de 1974, e com maior incidência desde 1974 até ao presente, por falta de preparação civilizacional de parceria das populações, e devido ao desrespeito para com o próximo;

13) – A rápida inserção numa Europa Comunitária, a qualquer preço, (sem se ter preservado as nossas potencialidades próprias, sendo preciso fazer parte do grupo), donde Portugal se afastara desde longa data por razões históricas e o conseqüente abandono da importância do mar, ao qual estivemos sempre ligados, com as conseqüências nefastas bem visíveis no presente, pois nem sequer sabemos extrair dele a sua riqueza, nem proteger aquilo que nos pertence e que desde antanho soubemos

lidar;

14) – A existência de uma sociedade de comunicação e informação, ávida da conquista de novos espaços económicos pelo desenvolvimento da indústria da cultura como por exemplo a literatura dita cor-de-rosa, inserindo-nos numa globalização apressada e atabalhoada, sem haver a conseqüente estruturação, facilitando o clima de escândalos e de mentiras, e peripécias rocambolescas, das intrigas, das invejas, das maledicências, dos amores, dos desamores e dos malabarismos bombásticos; por outro lado, assiste-se ao desenvolvimento dos meios de comunicação social de massas e o entretenimento de massas que leva a que a esfera pública se torne, na maioria das vezes, um logro e enfraqueça, no dizer de Habermas (1989);

15) – A imigração de povos dos Palop e dos países de Leste para Portugal de modo desajustado, permitindo um verdadeiro *melting pot*, mas com incidências perturbadoras na cultura e comportamentos nacionais, pelas suas sub-culturas, (sem se ter qualquer espírito ou pretensão de etnocentrismo) permitindo a violação dos direitos humanos daqueles que imigram, por parte dos oportunistas económicos, através de uma exclusão diferencial e, por outro lado, as políticas de imigração que não são capazes de oferecer espaços em que o exercício de cidadania possa permear todo o espaço social, investindo-o de uma pluralidade de interesses e de relações de solidariedade, provocando a continuidade do processo de suburbanização nas nossas duas grandes cidades;

16) – O *brain drain*, isto é o fenómeno de emigração de uma mão-de-obra nacional qualificada, seduzida pelas condições de trabalho e de vida que lhe são oferecidas no estrangeiro, com incidência para a massa dos licenciados desempregados em Portugal e que não vê perspectivas de melhoria, (a não ser que se embrenhem na vida partidária), o que é uma vergonha nacional.

Estamos nos princípios do século XXI e já se assiste à atrofia à liberdade de expressão, de um modo sinuoso, sendo o importante escamoteado para fazer esquecer os grandes problemas nacionais. Contudo, através de comentaristas políticos, são referenciadas algumas questões, nomeadamente as reformas sociais patéticas e miseráveis da sociedade civil, em oposição às reformas escandalosas de nababo para alguns, a habitação decadente em especial nas zonas urbanas, a saúde mal gerida, titubeante, que é a vergonha de um país democrático e o ensino sem qualquer qualidade.

Internacionalmente, o ambiente político também se alterou profundamente, sendo os factos mais significativos a queda do império soviético e dos seus sequazes, tratando-se do fim do Segundo Mundo, e a elevação da supremacia arrogante norteamericana de primeira e única potência, a qual pretende levar o caos a tudo o que lhe é diferente ou simplesmente por não concordar ou porque lhe interessa economicamente, o incremento dos nacionalismos, pois as lealdades nacionalistas nem sempre condizem

com as fronteiras físicas que marcam os territórios dos estados no mundo de hoje e ainda o fundamentalismo religioso, nomeadamente o islâmico. É tanta a ignorância que se assiste por este mundo fora, que vem provar uma falta de conhecimentos científicos, nomeadamente os históricos. Mas também uma profunda falta de sensatez é gritante. Por exemplo, a pretensão americana de fazer criar estados democráticos, ao modo europeu, em regiões como em África, não tendo em consideração o totemismo inerente às tribos, cujas raízes históricas estão e sempre estiveram assentes em tribos e etnias, com os laços familiares alargados bem consignados mas circunscritos dentro da própria tribo e/ou etnia, e nos países de base islâmica, cujas raízes históricas estão assentes em clãs e em seitas religiosas (sunitas, xiitas, carigistas e outras), tem sido um tremendo erro histórico, sem qualquer justificação a não ser uma atitude americana puramente imperialista. A Europa não pode fugir às suas obrigações, às suas culpas e aos seus erros, quando alinha ao lado dos Estados Unidos da América na aplicação forçada dessas políticas. O Iraque, o Afeganistão, a Libéria, a Serra Leoa, a Venezuela, o Médio Oriente são exemplos típicos, mais recentes, de intromissão norte-americana, que vem sendo descabida, prepotente, com uma acentuação gravosa a partir da governação de George Bush.

Mas, voltando ao nosso país, passados 30 anos, após o 25 de Abril de 1974, assiste-se a uma crise ideológica profunda em Portugal, por culpa somente dos partidos políticos e do poder instituído que não souberam preparar civicamente as populações ao longo destes anos. Os sintomas graves de apodrecimento palpável no nosso sistema democrático facilita uma profunda crise de cariz político, social, cultural e económico que se agrava, por falta do exercício de cidadania, de intervenção de qualidade a todos os níveis, mostra deficiências alarmantes e graves que, a não haver solução consistente e relativamente rápida, poderá ocasionar o seguinte:

a) – O caos económico, de modo continuado a partir de finais do século XX, com uma retoma que custa a assumir-se (e que se vive no país), sempre por culpa das coisas vindas lá do estrangeiro, mas nunca por incúria e incompetência dos nossos dirigentes; a realidade é camuflada, embora saibamos que as oscilações do petróleo e a perturbação política internacional, (provocadas na grande percentagem dos casos pela imposição americana), contribuem ainda mais para a estagnação económica, com gravosos reflexos sociais;

b) – O arrastar de situações perigosas do ponto de vista social, económico e jurídico, com o desemprego estrutural a aumentar cada vez mais e não a baixar, como pretendem fazer crer e sem a adequada resposta política desejada através de manobras dilatórias e desconexas no tempo, levadas a cabo por dirigentes mal posicionados e desgarrados da realidade;

c) – O esboroar do aparelho judicial no país, que todos desejávamos que fosse

de qualidade, mas que infelizmente parece ser idêntico ao existente no Terceiro Mundo, atribulado, inconsistente, desnordeado e permissivo a todas as influências estranhas, revelando-se um autêntico labirinto;

d) – O clientelismo político, com foros escandalosos, sem o qual é impossível arranjar colocações, ascender e/ou perspectivar um futuro risonho, situação que se vive na actualidade, em Portugal, bem como as mordomias que a política concede aos locatários dos lugares importantes, situação a que nem durante a vigência do Estado Novo, que era uma ditadura, se assistiu; trata-se de uma espécie de oligárquica assente no monopólio dos partidos políticos, que são os monopolizadores da vida política e pública;

e) – O alargamento do fosso social, cada vez mais notório, entre os mais ricos e os mais pobres, fazendo periclitir o interesse e o prestígio das classes médias, mesmo das mais recentes, o que é muito grave, e que mostra a incompetência, a insensatez de quem tem governado este país de um modo atabalhoado;

f) – O desfasamento existente entre as remunerações dos trabalhadores portugueses, que se encontram entre os mais mal pagos da Europa, e os lugares de topo e seus salários, situados entre os mais bem pagos da Europa, o que é um exemplo da não boa vivência democrática existente no país.

Estas situações obrigam a haver uma transformação necessária, harmoniosa, consciente e socialmente aceite. Há necessidade dessa mudança a bem da vida democrática no nosso país. A não haver mudanças que tragam o bem-estar da sociedade em geral e não somente de alguns, se não encontrarmos rapidamente um novo modo de lidarmos connosco, os danos infligidos à nossa História vão ser pagos e bem. Para Halbwachs (1925) a memória colectiva vai buscar os dividendos e o tempo próximo vai mostrar o que se expõe. Cada vez mais assume-se como prioritário um entrosamento consciente entre a governação e a sociedade civil na obtenção de um consenso, para que esta compreenda a dimensão da crise social e cultural da nação portuguesa e que o poder instituído consiga harmonizar a situação política e social. De acordo com Talcott Parsons (1966), é relevante a ordem e a harmonia das sociedades humanas, pois vê na continuidade e no consenso as características mais evidentes das sociedades, por muito que estas se modifiquem com o andar do tempo.

O caminho é nosso e tem de ser trilhado por nós. Ninguém, nem mesmo a União Europeia faz aquilo que nos pertence: equacionar, fazer e resolver. Por outro lado, as Índias, as Américas e as Áfricas já se foram e é neste torrão à beira-mar plantado que temos de contar, de conviver, de lutar e de engrandecer, deixando aos vindouros algo que os faça ter esperança e respeito. Temos a verdadeira convicção de que o que estamos a viver não é uma luta partidária, mas antes, é mais uma luta cívica e social, em que a dignidade e a cidadania têm um grande peso.

O princípio da separação de poderes implica que cada um faça o que lhe compete fazer e que o poder judicial sirva somente de equilíbrio. Não pode ter a veleidade de querer usurpar o poder do legislador e este não pode julgar. Estamos a atravessar uma crise do direito e da legalidade, uma crise de justiça e das instâncias de regulamentação social, assim como uma crise de estado, no nosso caso do estado português, que ainda continua a ser um estado, ligado aos problemas endémicos conhecidos pelas sociedades ocidentais. Estamos no início do século XXI e é nele que temos de viver e de construir um caminho mais digno e mais humanitário, sem haver ofensas à dignidade e esperança humanas. Por outro lado, a mudança nos comportamentos dos portugueses é urgente e salutar, em especial na camada pequena burguesa, que necessita de uma educação de civilidade. A democracia está em crise, com a necessidade de uma mudança radical na política e na sociedade, assistindo-se já a um clima de decomposição generalizada. Vale a pena lutar pelo bem, pela fraternidade, pela justiça, pela dignificação humana ainda que isso custe muitos sacrifícios aos portugueses. A verdadeira revolução social e cultural ainda não teve lugar em Portugal.

BIBLIOGRAFIA

- BERNSTEIN, Basil. *Class, codes and control*. London, Routledge and Kegan Paul, 1975.
- BUTLER, T. e SAVAGE, M. *Social Change and the middle classes*. London, UCL Press, 1995.
- COSTER, Michael e BAWIN-LEGROS, Bernadette. *Introdução à Sociologia*. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- DURKHEIM, Émile. *The elementary forms of the religious life*. London, Allen and Unwin, 1976.
- HABERMAS, Jürgen. *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge, Polity Press, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, 1925.
- HALL, Ross Hume. *Health and the global environment*. Cambridge, Polity Press, 1990.
- MATTOSO, José. *História de Portugal*. Vol. 8. Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- MERLLIÉ, Dominique e PRÉVOT, Jean. *La mobilité social*. Paris, La découverte, 1991.
- PARETTO, Vilfredo. *Tratado de Sociologia Geral*. Paris, 1917.

- PARSONS, Talcott. *Sociétés: Evolutionary and comparative perspectives*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.
- TOURAINE, Alain. *Critique de la modernité*. Paris, Fayard, 1992.
- WEBER, Max. *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*. London, Allen e Unwin, 1976.